

1A1049051

**Economia**

Instituto Jones dos Santos Neves  
Biblioteca

# A quatro mãos

Geraldo Hasse



Heron

*Uma das caras novas da política econômica do Espírito Santo é o economista Guilherme Henrique Pereira (foto), 51 anos. Presidente do Instituto Jones dos Santos Neves e diretor-técnico da Agência de Desenvolvimento em Rede do Espírito Santo (Aderes), seu objetivo explícito é “produzir conhecimento sobre o Espírito Santo”, visando subsidiar projetos do governo estadual e da iniciativa privada. Nesta entrevista, Guilherme Henrique Pereira mostra que, embora tenha formação intelectual capixaba, não dispensa a cautela típica dos mineiros.*

**O que significa “produzir conhecimento sobre o Espírito Santo”?**

A orientação do secretário do Planejamento Ricardo Santos é promover uma articulação entre o Instituto Jones e a Aderes. A divisão de trabalho entre ambos está pensada da seguinte forma: a produção de conhecimento sobre o Espírito Santo, nos diferentes aspectos (social, econômico, das finanças públicas, do desenvolvimento regional etc), fica sob a responsabilidade do Instituto Jones, que naturalmente manterá suas outras atividades e atenderá à demanda de outros segmentos da sociedade. A Aderes vai trabalhar a atração de investimentos. Ela vai formatar informações específicas para “vender o Espírito Santo” a investidores.

**Como se deve “vender” o Espírito Santo?**

Há duas linhas de atuação. Uma é fazer os investidores em potencial que chegam ao Espírito Santo em busca de informações sobre oportunidades. A outra é fazer a atração dirigida dos investidores. Ou seja, levando em conta a configuração econômica atual, nós temos várias oportunidades de investimentos que surgem a partir da análise das cadeias produtivas já existen-

tes. Por exemplo, o que nós precisamos de investimento para completar o chamado pólo de móveis? Ou o pólo de granito? Ou o setor de turismo?

**Qual sua avaliação sobre a produção de conhecimento no Espírito Santo?**

A crise financeira do Estado desarticulou um pouco os trabalhos feitos nos últimos anos no âmbito do governo do Espírito Santo. No entanto, fora do aparelho do Estado, houve muito avanço nessa área. Na Ufes vários cursos se tornaram mais ativos ou passaram a existir. Agora se ouve falar até na existência de pesquisa em faculdades particulares. Quando se fala em produção de conhecimento, não significa que tudo vai ser feito no Instituto Jones. Um dos nossos propósitos é sistematizar o trabalho que está sendo produzido fora, de modo que o Instituto possa se tornar uma referência para quem procura informações sobre o Espírito Santo.

**O Jones não perdeu quase todos os técnicos em função da reforma do Estado e da crise financeira?**

Ele perdeu quadros em virtude do desligamento de pessoas que saíram por questões salariais. Além disso, muitos funcionários estão colaboran-

do com prefeituras. O Jones tem 142 empregados entre técnicos e administrativos. Deste total, 66 estão em atividade no Instituto. Desses, 47 são técnicos com experiência na área de pesquisa. Considero esse número suficiente para desenvolvermos nosso trabalho neste ano e no próximo.

**Os funcionários que estão fora serão chamados de volta?**

A maioria foi admitida há 15 anos ou mais, numa época em que o formato jurídico do Instituto Jones – como fundação – permitia esse tipo de contratação. Na prática, o Jones era um fornecedor de mão-de-obra para várias secretarias, autarquias e prefeituras. O pessoal contratado para as prefeituras, por exemplo, nunca trabalhou no Jones. Aliás, a maioria não foi contratada para fazer pesquisa nem tem formação para isso. A partir de agora, por exigência constitucional, toda contratação tem de ser feita por concurso público. De qualquer forma, o pessoal que trabalha para as prefeituras não onera o Estado. Quanto ao pessoal das secretarias, ele continua na folha do Jones, mas em termos de custos não há problema, pois a fonte é a mesma, ou seja, o Tesouro. É bom que se diga que

essa gente está trabalhando.

**Qual o estado de ânimo do quadro técnico do Jones?**

Tive uma surpresa agradável: o quadro técnico está motivado para desenvolver trabalho de pesquisa. Definimos como prioridade os seguintes temas: desenvolvimento regional, infra-estrutura, finanças públicas e mercado de trabalho; além disso, um grupo de pessoas vai se dedicar ao que estamos chamando genericamente de estudos econômicos.

**Qual o projeto principal deste grupo?**

Implantar no Espírito Santo a metodologia de cálculo do Produto Interno Bruto. O PIB é uma informação muito procurada e hoje não há nenhuma instituição no Brasil calculando para os Estados. O IBGE, que é a instituição oficial responsável pelo cálculo do PIB, está liderando um fórum dessas instituições visando descentralizar o cálculo.

**Dependendo da fonte, o PIB do Espírito Santo varia de US\$ 11 bilhões a US\$ 16 bilhões por ano. Quando vai sair o verdadeiro PIB capixaba?**

Em julho nós vamos apresentar o projeto do cálculo oficial. Isso não significa que outras pessoas ou instituições não possam calcular o PIB. A diferença aí é que o PIB do Jones será o oficial, resultante de uma convenção entre todas as instituições estaduais conveniadas com a Fundação IBGE. A metodologia poderá ser consultada por qualquer pessoa.

**O documento básico do governo indica uma certa mudança de rumo para a política de desenvolvimento do Estado.**

Nessa área do desenvolvimento, o documento básico prevê uma prioridade para a estrutura de produção local. Isso significa dizer, a grosso modo, que o trabalho com as pequenas e médias empresas

seria absolutamente prioritário.

**E os chamados grandes projetos estruturantes?**

Quase todos são projetos na área de infra-estrutura, como portos, energia... Nesses casos vamos procurar a articulação de investimentos privados com os investimentos federais. Porque, independentemente da conjuntura, não temos recursos para tocar esses projetos.

**Considerando a falta de recursos, qual o papel do Estado na harmonização do desenvolvimento?**

Quando se fala em fortalecer a estrutura de produção local, não se pode esquecer que isso está principalmente no interior. O estímulo aos investimentos em pequenas e médias empresas nas áreas mais pobres do Espírito Santo leva em conta a excessiva concentração de atividades econômicas na área da capital. Assim, uma das chaves do desenvolvimento regional é o suprimento de carências nos municípios.

**E qual a real situação dos municípios capixabas?**

Quando o Norte do Espírito Santo foi incluído na Sudene, no ano passado, o então secretário do Planejamento Guilherme Lacerda gerou um trabalho de levantamento do perfil daqueles municípios. A partir desse trabalho estamos levantando informações sobre os outros municípios. Esse projeto vai gerar uma base de dados, que eu espero adequada, para subsidiar o planejamento do desenvolvimento regional.

**Como vai ser esse trabalho?**

Nós não temos ainda esse programa, mas a idéia é trabalhar em parceria com as instituições dos municípios. Além das prefeituras, os conselhos municipais, organizações sociais, agências de desenvolvimento municipal – existem 22 no Estado.

Natural de Manhumirim (MG), ele veio para Vitória na década de 60 para fazer curso superior na Ufes. Já foi técnico do Banes, do qual se afastou para lecionar na Ufes, onde dirigia, ultimamente, o centro de pós-graduação em economia. Teórico do desenvolvimento regional, é autor de “Política Industrial e Localização de Investimentos – E o Caso do Espírito Santo”, Edufes, 1998, livro baseado em sua tese de doutoramento feita na Universidade Estadual de Campinas.